

Juventudes, comunidades periféricas, direitos humanos e educação

Youth, peripheral communities, human rights and education

Juventud, comunidades periféricas, derechos humanos y educación

Recebido: 08/10/2020 | Revisado: 08/10/2020 | Aceito: 12/10/2020 | Publicado: 12/10/2020

Maria do Socorro Borges da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1502-1341>

Universidade Federal do Piauí, Brasil.

E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

Shara Jane Holanda Costa Adad

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7711-6325>

Universidade Federal do Piauí, Brasil.

E-mail: Shara_pi@hotmail.com

Krícia de Sousa Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3169-8849>

Universidade Federal do Piauí, Brasil.

E-mail: kriciasousa@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa exclusões e violações de direitos humanos de juventudes periféricas, por meio das formas biopolíticas e necropolíticas de poder institucionalizado no processo histórico e socioeducacional, potencializando resistências através de micropolíticas que possibilitam práticas socioeducativas e comunitárias. Numa tentativa arqueológica e genealógica, é feita uma articulação cartográfica de vivências de processos educativos, que proporcionam escuta sensível, uso do corpo e da arte como modos de expressão e construção democrática de saberes, em rodas de conversas e oficinas de criações. Como bases teóricas desta produção, utilizamos autores como: Foucault (2003, 2013, 2014), Agamben (2012), Mbembe (2018), Guattari (1985), Deleuze (1992, 1995), Panikkar (2004), Bhabha (3003), entre outros. O trabalho corrobora para a superação de estereótipos e fronteiras de violências e exclusões das juventudes periféricas, ao passo em que reinventa seus territórios como lugar de construção de educação em direitos humanos, visibilizando os jovens como sujeitos de direito, potências de saber e poder.

Palavras-chave: Juventudes; Periferia; Direitos humanos; Educação.

Abstract

This article analyzes exclusions and human rights violations of peripheral juveniles, through biopolitical and necropolitical forms of institutionalized power in the historical and socio-educational process, enhancing resistance through micropolitics that enable socio-educational and community practices. In an archaeological and genealogical tryout, a cartographic articulation is made of experiences from educational processes, which provide sensitive listening, the use of the body and art as ways to expression and democratic construction of knowledge, in conversation circles and creative workshops. The theoretical base of this paper is Foucault (2003, 2013, 2014), Agamben (2012), Mbembe (2018), Guattari (1985), Deleuze (1992, 1995), Panikkar (2004), Bhabha (3003), and others. The research corroborates to overcome stereotypes and boundaries of violence and exclusion of peripheral juveniles, while reinventing their territories as a place for the construction of human rights education, making young people visible as subjects of law, capacity of knowledge and power.

Keywords: Youths; Periphery; Human rights; Education.

Resumen

Este artículo analiza las exclusiones y violaciones a los derechos humanos de los jóvenes de la periferia, por medio de formas biopolíticas y necropolíticas de poder institucionalizado en el proceso histórico y socioeducativo, ensanchando las resistencias a través de micropolíticas que posibiliten prácticas socioeducativas y comunitarias. En un intento arqueológico y genealógico, se realiza una articulación cartográfica de experiencias de procesos educativos, que brindan escucha sensible, uso del cuerpo y el arte como modos de expresión y construcción democrática del conocimiento, en círculos de conversación y talleres creativos. Como bases teóricas de esta producción tenemos a Foucault (2003, 2013, 2014), Agamben (2012), Mbembe (2018), Guattari (1985), Deleuze (1992, 1995), Panikkar (2004), Bhabha (3003) entre otros. El artículo corrobora superar estereotipos y fronteras de violencia y exclusión de la juventud periférica, reinventando sus territorios como lugar de construcción de la educación en derechos humanos, visibilizando a los jóvenes como sujetos de derecho, potencia de conocimiento y poder.

Palabras clave: Jóvenes; Periferia; Derechos humanos; Educación.

1. Introdução

Somos partícipes do Observatório das Juventudes e Violências nas Escolas - OBJUVE, o qual integra uma das linhas de atuação do Núcleo de Estudos e Pesquisas “Educação, Gênero e Cidadania”, do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, e experimentamos diferentes trajetórias juvenis de resistência desde o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste espaço acadêmico, em nossas atuações enquanto professoras, extensionistas e pesquisadoras, percebemos que, embora muitas lutas e conquistas tenham reconhecido nos jovens o estatuto de sujeitos de direitos, pouco tem sido estruturalmente modificado, pois em meio aos fluxos conservadores atuais, assistimos uma política de criminalização das juventudes periféricas, e das periferias como lugar de intervenção, num viés normativo de controle dos corpos ou mesmo de exclusão e eliminação, como uma espécie de política de morte.

Desse modo, tal política acaba por reduzir os jovens pobres e seus lugares de sociabilidades em identidades fixas de sujeitos perigosos, como assaltantes, criminosos e bandidos. Tais formas identitárias terminam por transformar estes jovens em estigmas, impossibilitando-os de se verem longe dessas marcas negativas. Os jovens, em qualquer circunstância, são intermináveis, podendo ser continuamente metamorfoseados, portanto não há como apreendê-los, nem rotulá-los. Eles nos provocam. Como, então, encerrar em taxonomias socioantropológicas o que é naturalmente vário, fragmentado e policromo? Como fixar em tabela o que é móvel e fugidio? Um jovem já é a representação de muitos e, se ele não foi domesticado, um povoamento.

É preciso desconstruir identidades estigmatizantes produzidas historicamente, e igualar especialmente juventudes ditas desiguais. Podemos também inverter nossas dúvidas e nos perguntar: por que a elite e seus jovens não são colocados sob suspeita? Neste caso, é preciso criar táticas que nos permitam avaliar práticas preconceituosas, pois elas acabam por constituir poderosos instrumentos de construção e reprodução de valores culturais e históricos que continuam produzindo efeitos entre nós.

Diante dessa caótica e problemática realidade, convém pensarmos e compartilharmos experiências que quebrem com essa perspectiva estereotipada de juventude e de periferia, ensaiando micropolíticas novidadeiras, a partir desses territórios existenciais. Assim, nosso objetivo é analisar formas de exclusões e violações de direitos humanos de juventudes em contextos estruturais periféricos pelas formas biopolíticas e necropolíticas de poder institucionalizado no processo histórico e socioeducacional, potencializando modos de

resistências desses corpos jovens, por meio das experiências micropolíticas que possibilitam práticas socioeducativas e comunitárias em direitos humanos.

Trata-se de um texto que dá passagem a problematizações, as quais são necessárias às emergências sociais, convidando-nos para um encontro depois da fronteira, que nos impede de entrever nas comunidades periféricas e nas juventudes novas possibilidades inventivas de vida e educação.

2. Metodologia

No percurso metodológico, tentamos escavar na história e nas formas de saber instituído pela ciência, os sentidos de construções da categoria juventude e sua relação com o periférico, dentro de um plano de política pública. Ao mesmo tempo, problematizamos essas questões à luz de uma perspectiva de construção dos direitos humanos em uma leitura pluri, intercultural e descolonizadora.

Para tanto, descrevemos, brevemente, duas experiências de intervenção cartográfica (Deleuze & Guattari, 1995). A cartografia é um método proposto por Deleuze e Guattari (1995) para o estudo da subjetividade e de seu processo de produção. Nela, o pesquisador acompanha e se faz, ao mesmo tempo, que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes se tornaram obsoletos. Então, a Cartografia não cria universos totalitários e fixos na pesquisa, é vista como um espaço de desterritorialização, de produção de afetos, de corpos sensíveis e que vibram ao entrar em contato com o campo. O pesquisador mergulhado nas intensidades de seu tempo e está atento às linguagens que encontra, devorando as que lhe parecerem possíveis, para compor as cartografias que se fizerem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago (Rolnik, 1989).

Importante realçar que a Cartografia alinha-se à abordagem metodológica que se classifica como qualitativa, tendo em vista que o pesquisador é o principal instrumento para produção de dados e que além do caráter descritivo, considera o processo como fundamental para constituição da compreensão do fenômeno em estudo (Pereira, et al., 2018). Assim sendo, a cartografia como método qualitativo de produção do conhecimento busca por produzir um modo de conhecer sensível que olha, escuta e toca o outro com delicadeza e sensibilidade a partir do território de pesquisa, num processo contínuo de entrelace com os seus sujeitos, pois “é preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam

apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste e oeste ou em diagonal” (Deleuze, 1992, p. 72). Deste modo, passamos neste estudo a ser observadoras sensíveis com a tarefa de dar vazão aos afetos que pedem passagem, mergulhando nas intensidades do tempo e atentas às linguagens dos jovens.

As experiências transcritas conjugam ensino, pesquisa e extensão, por meio das atividades extensivas do OBJUVE/NEPEGECEI e do Projeto “Círculo de vários Círculos: Laboratório de Experiências e Criações do Educar em Direitos Humanos” (LECedh), da UFPI, nos municípios de Demerval Lobão-PI, numa comunidade escolar periférica, com jovens estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos), no ano de 2017, e a segunda, experiência com jovens da periferia Grande Parque Alvorada, na fronteira entre Teresina (PI) e Timon (MA), durante vivência do Laboratório de Experiências e Criações do Educar em Direitos Humanos – LECedh. Ambas as experiências são desenvolvidas em territórios marcados por problemas de violências e violações de direitos humanos, principalmente entre adolescentes e jovens.

3. Resultados e Discussão

3.1 Juventudes periféricas: um “problema” de políticas públicas e dos direitos humanos

Expressando o que é “do fora” do sistema e o “de dentro” da preservação da própria existência, à margem, pelo poder de desigualdade do sistema, as juventudes periféricas foram marginalizadas. Criou-se uma cultura marginal menor que aparece em toda literatura. No Brasil, há a produção de um discurso da juventude periférica como “Delinquente”, “Menor”, a exemplo do Código de 1927, de classe perigosa. Assim, as juventudes pobre e negra principalmente, pela política de “Higienização” do cinturão periférico no início da República brasileira, foram banidas para as fronteiras das periferias das grandes cidades e, sob o estereótipo de ser pobre, entram na agenda das políticas públicas e da assistência social como “carentes”, representando a ideia de risco, de vulnerabilidade social, inclusive, para os direitos humanos. Sendo as Juventudes periféricas um “problema social” a ser resolvido pelas Políticas Públicas, sua caracterização esteve restrita a essa imagem:

Não são brancos; não gozam de uma situação familiar clara e estável; não têm paradeiro certo e sabido; não contam com o patrimônio mínimo necessário à sobrevivência digna; não possuem educação formal, nem qualificação profissional adequada; não apresentam moralidade ou gosto inequívocos, bons antecedentes,

reputação ilibada, e assim por diante. Esse estereótipo dos pobres como inferiores, viciosos, ignorantes, miseráveis, errados (vagabundos), promíscuos, turbulentos, pouco operosos e asseados, imprevidentes, conformistas, ressentidos, quicá, revoltados, foi sempre o pano vermelho dos agentes devotados à vigilância da sociedade e da ordem pública” (Rizzini & Pilotti, 2009, p. 325).

Outro estereótipo das juventudes periféricas é a de serem violentas, o que instala o medo e o terror, e a periferia é exposta como um campo de batalha, uma fronteira de guerra, um território de desordem, ou seja:

Os membros de gangue não precisam ter cometido nenhum ato de delinquência, não precisam reunir a “materialidade e autoria da infração” para que sejam indicados como culpados. Na lógica da produção de “vítimas sacrificiais”, eles são, desde sempre, autores de infrações. Basta apenas que eles, como autores-símbolos da violência urbana iniciem seus espetáculos, suas encenações e possibilitem para a cidade como um todo a visão de que a violência tem um lugar, um ator específico, um outro fora de mim, longe de mim. (Diógenes, 1998, p. 224).

Nesse sentido, cria-se, na cidade, a periferia como o território do inimigo da lei. Cria-se linhas abissais de segregação social (Santos & Meneses, 2010), um sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde a ciência, o direito, a religião, principalmente, oferecem os fundamentos, sobretudo, pelo que distingue o legal do ilegal e tudo em torno da moralidade dicotômica: bom *versus* ruim, bem *versus* mal, branco *versus* preto, puro *versus* impuro, cristão *versus* pagão, urbano *versus* periférico. O sistema de diferenciação demarca as fronteiras entre o “normal” e o “desvio”, afirmando o “normal” como o centro e o “diferente” como a margem.

Sendo assim, vemos esses jovens, ora vistos como vítimas, ora vistos como delinquentes, mas “sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem do outro lugar ou de baixo: sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer” (Foucault, 2003, p. 208). Cria-se a “zona do “inimigo”, do “Mal”. O “Bom” é aquele que não é da plebe. Sacraliza-se a vingança no lugar da justiça (Nietzsche, 2013).

Cria-se a ideia de “inimigo do Estado”, da “moral” como a base do pensamento contratualista-liberal, do Direito Penal moderno, no qual reside a separação de Cidadão X Inimigo, sendo que ao “inimigo” o Estado opera a pena máxima, e ao “cidadão”, a pena mínima, embora todos sejam *iguais* perante a lei. A lógica é aprisionar corpos jovens, subversivos da ordem, ao criar o “criminoso”, e assim, criar leis duras para vigiá-los e puni-

los, e a educação, discipliná-los. (Foucault, 2014). Com esse dispositivo, cria-se as “Vidas Infames”:

Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. (Foucault, 2003, p. 208).

O Estado por meio do direito, favoreceu os contrastes nas relações humanas, negando sua própria função social de promover a justiça, contribuindo para gerar uma desconfiança da justiça, dos juízes, dos tribunais, das prisões (Silva, 2020). Ao analisarmos as juventudes da periferia, podemos afirmar que muitos desses jovens vivem uma mera vida, uma vida nua, caracterizada como *Homo Sacer*, aquele corpo sacro que, banido do convívio social, não poderia ser morto, contudo já não vivia socialmente (Agamben, 2012). No caso dos jovens, mesmo protegido pela lei, dadas as garantias do Estatuto da Criança e Adolescentes - ECA (1990), Juventude (2013), são corpos excluídos, não podendo ser tocados e sendo, literalmente, eliminados do convívio social, e tidos como inexistentes pela nossa indiferença social contemporânea, nossa anestesia diante da mera vida, da existência desses jovens, o que significa, de algum modo, o nosso consentimento ao fato de que essas vidas podem ser eliminadas, desde que não sujamos as nossas mãos.

Assim, pela invisibilidade ou pela representação estereotipada das juventudes periféricas, como pela ausência de uma política pública que possibilite, de fato, seu lugar de sujeito social e de direitos, opera uma espécie de tanatopolítica e necropolítica (Agamben, 2012; Mbembe, 2018, respectivamente) sustentada no biopoder soberano, direito sobre a vida (Foucault, 2014) e no Estado de exceção – estado de violência, suspensão do direito à vida, a exemplo do que ocorreu no sistema de escravidão na colônia brasileira, cujas vidas dos jovens negros foram violadas e violentadas pela perda do lar, perda do direito sobre o corpo e perda do estatuto político. Toda essa política de morte – tanatopolítica, que define quem merece morrer, tem sido usada como dispositivo de eliminação do Outro – Humano e diferente que fica à margem, do outro lado da linha, da fronteira, a partir da ideia de raça, corpo, sexo, religião, criando as bases de governos autoritários, nazifascistas e ditaduras, acirrando as ideologias racistas, preconceituosas e as intolerâncias sociais e culturais.

Com tais desafios, Panikkar (2004) nos possibilita pensar e criar uma perspectiva de direitos humanos descolonizadora, heterogênea que quebre com o universalismo eurocêntrico e excludente e que abrace uma abordagem plural, multi e intercultural de direitos humanos, de tal modo que cada cultura seja uma janela que se abre sobre diferentes modos de vivenciar os direitos humanos, numa pluralidade de janelas, em que as culturas, historicamente excluídas, possam corroborar com seus saberes e serem respeitadas em seus princípios norteadores de matriz menos normativo, hierárquico e institucional. Assim, há de ser considerado uma pluralidade de janelas de direitos humanos da humanidade.

3.2 A periferia como lugar de educação em direitos de jovens e estudantes

Numa perspectiva de educar em direitos humanos crianças, adolescentes e jovens, a partir do lugar da periferia como lugar comunitário, em experiências de fronteiras, criamos três imagens para se pensar a periferia: a primeira refere-se à imagem do entrelugar como “terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação, singular e coletiva, que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Ou ainda, “uma emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”. (Bhabha, 2003, p. 20).

A segunda, à imagem do periférico como um Simulacro, pois sendo construído sobre uma disparidade, sobre uma diferença, interioriza uma dissimilitude (Deleuze, 1992, p. 263), uma possibilidade imanente de fazer a diferença, não uma cópia da Educação em Direitos Humanos, por exemplo, rompendo com o signo, com a representação, com a linguagem do subdesenvolvimento, da escassez e da impotência que toda periferia carrega, mas como lugar de criação, a partir das necessidades imanentes.

E a terceira, a periferia como uma comunidade híbrida e de afetos, terreno de atravessamentos para a produção de novas subjetividades, um significado para pensar como viver na fronteira, em como viver a experiência do comum, isto é:

É comum o que, na experiência, é vivido como pertencimento de qualquer um ao coletivo. Trata-se de um conceito político por excelência, já que comum é a experiência de “decisão concertada” a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo. (Kastrup & Passos, 2014, p. 202).

A partir dessas três imagens, experiências educativas têm ganho forma na periferia, por meio da prática de ensino, pesquisa e extensão pela Universidade Federal do Piauí. Aqui, destacamos apenas duas experiências, devido ao caráter restrito de falar por meio de artigo, o que acaba por limitar a descrição sem uma discussão teórica mais aprofundada, entretanto possibilita repensar o ensino e a educação de um modo geral, como um processo de descolonização de mentes e corpos, revendo regras institucionais e o próprio ritual e cultura escolar com base nas culturas e saberes populares que foram banidos da escola e que muitas vezes são exatamente as bases de sustentação das culturas jovens urbanas periféricas (Amaral, et al., 2019).

3.3 Adolescentes e Jovens da EJA: pensando a vida, potencializando os sonhos

Considerando as dificuldades que atravessam a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) - pois os mesmos, embora tenham um lugar específico na escola, pensada como estratégia de correção das distorções e *déficit* de aprendizagem, o que se percebe é um sentimento de exclusão no interior da própria escola, por parte dos alunos da EJA, confirmando a violência institucional, a exclusão no interior da escola e as políticas de inclusão para excluir.

Nesse contexto, realizamos uma escuta sensível feita junto aos professores dessa modalidade, em uma escola da rede de ensino municipal de Demerval Lobão, os quais mostraram-se preocupados e sensíveis às condições das turmas de EJA, com índices muito elevados de evasão escolar. Frente a este problema, delineamos um projeto que objetivou desenvolver dispositivos metodológicos, filosóficos e artísticos com aqueles jovens discentes para potencializar a vontade de saber frente aos desafios da vida e aos desejos e sonhos, realçando a condição desses adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, promovendo o protagonismo social ao valorizar seus saberes experienciais. Além disso, buscamos identificar os problemas que os levavam à evasão e às dificuldades de aprendizagem, apontando pistas de superação, por meio de metodologias sensíveis e inovadoras como a Sociopoética e a Cartografia, potencializados com o uso de dispositivos de criação filosófica e artística e de estratégias de elaboração e orientação do Projeto Pessoal de Vida.

A nossa intenção com estas abordagens metodológicas, também, foi criar zonas de contato entre eles, de modo a operar outras formas de sentir e de experimentar o mundo fazendo o corpo vibrar, criando experiências que possibilitaram aos jovens sentir e experimentar seus problemas, de modo a dissolver os medos, as fragilidades, os não saberes,

transbordar a criação e ativar as sensibilidades do corpo, potencializando as forças da alteridade que pedem passagem para que a vida possa continuar fluindo, para que a vida se afirme em suas múltiplas potências (Adad, et al., 2020).

Como processo de intervenção, o projeto teve quatro momentos essenciais: 1. Visita Cartográfica na comunidade escolar, com a intenção de fazer uma experiência de olhar os alunos da EJA e sentir os problemas e desafios dos professores, coordenadores dessa modalidade através da escuta dos mesmos numa roda de conversa, realizada no dia 30 de agosto de 2017; 2. Oficina: “Geofilosofando sobre a Vida de adolescentes e jovens da EJA” no dia 18 de Outubro de 2017, a partir da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), com o uso do corpo jovem em caminhada, de forma nômade e na relação com os elementos da natureza, foram cartografadas suas impressões sobre a própria identidade, seus problemas, dificuldades, desejos e potencialidades.

Dentre os problemas identificados, sintetizam expressivamente a realidade comum entre eles: “brigas na família”, “atos ruins”, “má companhia”, “maus amigos”, “falta de condições”, “violência”, “maconha”, “cocaína”, “parentes usuários”, “azar” e “mau olhado”. Como se percebe, a auto-imagem dos jovens é atravessada pelas representações de como a própria sociedade os enxerga, marcada pela dicotomia bem x mal, situando-se no território demarcado como o mal, o infame, a “classe perigosa” o que vem afirmar muitas das teorias anteriormente analisadas.

Quando confrontamos as narrativas dos jovens com os seus desejos, são reveladas outras narrativas de si, desenhando uma imagem de ser humano que busca a superação e formas de resistência às formas de violências estruturais em que vivem. Assim, desejam: “paz” (majoritariamente), “amizades”, “compaixão”, “não ter morte, ter muito dinheiro”, “ter tudo na vida”, “ter respeito”, “nada de mal contra mim”, “que minha vida mude”, “ser alguém na vida”, “viajar”, “a felicidade”, “que todos cuidem do planeta” e desejam, inclusive, “bombom com coca-cola”.

Interessante destacar que o campo de produção da potência, da vontade desses jovens estão diretamente ligados aos “pais, família com paz e amor, em que a “mãe” assume um papel principal. São jovens que veem a coragem, a esperteza, a inteligência, a esperança, a saúde, o amor, Deus como potencialidades. Acreditam que “erguer a cabeça”, “levar tudo para frente”, “não desistir do objetivo que eu quero até conseguir” são fundamentais.

No terceiro momento, na Oficina: “Montando um Plano de Vida Comum”, realizada no dia 22 de Novembro de 2017, foi criado um rizoma (Deleuze & Guattari, 1995) da vida

dos jovens com o uso de fotografias, produção de dados da oficina anterior e barbante, pois durante a socialização foram cruzando os pontos comuns de vida e produzindo um rizoma.

Foi construído, ainda, o dispositivo intitulado caminho do sol, produzindo coletiva e democraticamente, os objetivos de vida, as prioridades e as ações coletivas dos jovens. O último momento aconteceu na Universidade Federal do Piauí, ocasião do encontro entre esses jovens estudantes da EJA e diferentes acadêmicos do curso de Pedagogia, no Centro de Ciências da Educação. Neste encontro, houve acolhida calorosa dos jovens da periferia da EJA pelos acadêmicos, incluindo-os no espaço universitário, por meio de outro dispositivo, a técnica dos círculos. Em seguida, com o uso de outra técnica a “Caixa das Afecções”, os jovens da EJA foram apresentados aos universitários, isso foi importante para as trocas de experiências em forma de relatos de superação abordados especialmente pelos estudantes acadêmicos que vieram de realidades parecidas com as dos jovens visitantes.

Por fim, com uma performance de um Corpo-Música-Pensamento, foram instigados a pensar, dançar e a escrever seus sonhos de vida, transformados em mandala de flores e “plantadas” na árvore dos sonhos, no espaço externo da sala de aula da universidade. Naquele momento, afirmaram como sonho comum o compromisso de que lutariam para um dia estudar na universidade. Mandala de flores e os sonhos plantados tornaram aquele espaço universitário ainda mais fértil com as experiências compartilhadas, valorizadas e fertilizadas pelas poéticas das vivências sociopoéticas e cartográficas realizadas no encontro. Dentre os sonhos, os jovens afirmaram o desejo de “entrar na Universidade”, “fazer um curso acadêmico”, “fazer a universidade e mudar de vida”, “fazer o curso na universidade para arrumar emprego”, “ser gente na vida”. Todo esse universo narrativo dos desejos dos jovens, manifesta as condições de vida as quais estão submetidos, desenhando a linha de exclusão e, como disse um deles, “pisar aqui na universidade já é um sonho. Eu nunca pensei que poderia”.

3.4 Oficinas de Experiências e Criações com Jovens estudantes da Educação Básica

Entre as atividades do Projeto “Círculo de vários Círculos: Laboratório de Experiências e Criações do Educar em Direitos Humanos-LECedh, foram desenvolvidas as oficinas com adolescentes estudantes que apresentavam maiores dificuldades, ou seja, aqueles que carregavam o estigma de serem os “problemáticos”, seja pela realidade estrutural familiar, seja pelos modos de convivência escolar. A partir de diagnóstico anterior com a equipe gestora e com a oficina realizada no dia 19 de Junho de 2019, com a finalidade de

mapear seus problemas e as experiências que lhes afetam, o projeto objetivou realizar oficinas de experiência e criação de educação em direitos humanos com adolescentes e jovens estudantes nas questões da igualdade de gênero, da inclusão, do respeito e valorização às diferenças e às diversidades étnica-raciais e religiosas e comunitária para a justiça e a cultura de paz com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, na comunidade escolar, por meio de dispositivos de intervenção pedagógica e artístico-cultural.

Com essa finalidade, foram desenvolvidas quatro oficinas: 1. Oficinas de Experiência e Criação com mostra-curta-cinema - “A arte de resistir: A lei Maria da Penha e modos de resistir às violências”, realizada no dia 07 de agosto de 2019; 2. A Oficina de Experiência e Criação com poesia/performance/música/fotografia - “A arte de governar: A praça, o público, o comunitário e Instrumentos legais de protagonismo político”, realizada no dia 11 de setembro de 2019; 3. A Oficina de Experiência e Criação com origamis - “A arte de incluir: O cuidado de si e com o outro diferente”, no dia 08 de Outubro de 2019 e 4. A Oficina de Experiência e Criação com pintura, dança e música - “A arte de conviver: Diversidades étnico-raciais e religiosas”, no dia 19 de novembro de 2019.

Tais experiências reverberaram novos círculos de vida e evidenciaram a potência *jovens no espaço comunitário da escola*, com maior participação e criação de outros modos de educar em direitos humanos. Se pegarmos como exemplo as narrativas dos jovens estudantes na oficina sobre diversidades étnicas raciais e religiosas, observamos que ao explicarem sobre as produções artísticas realizadas, o pensamento do grupo passa por reflexões sobre o reconhecimento identitário e a noção de diferença como um direito:

Eu e meu grupo fizemos esse desenho, pois queremos retratar que: nem todas as pessoas são iguais e não precisa ter um padrão de beleza, porque aqui como temos uma pessoa branca e aqui temos uma pessoa negra também por isso somos todos iguais perante Deus e queremos retratar [...] por causa do preconceito contra as pessoas negras (Grupo de produção 5, 2019).

Outro grupo expressa sua noção de diferença, preconceito racial e como compreende sua identidade, dizendo que:

[...] a gente percebeu que o preconceito é o que tá mais relacionado assim, entre nós, né? Que acontece muito entre a gente. E aqui tem... a gente tentou ilustrar uma moça, que ela é negra, ela de tanto ser criticada pela sociedade, ela quis mudar, aí ela pranchou o cabelo, passou muito pó na cara pra ficar branca [...] Fizemos essa pintura imagem porque vimos que o preconceito racial está muito presente entre nós. Na ilustração, apresentamos uma jovem que de tanto ser criticada pela sociedade resolveu

mudar a sua aparência, e a mensagem que trazemos é que não devemos mudar pelos outros e sim por si mesmo (Grupo de produção 6, 2019).

Essas produções nos dizem que ganhamos contornos moleculares e microfísicos de mudanças, a partir das intervenções grupais realizadas pelos projetos com os diferentes jovens, pois entendemos que uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa por uma libertação prévia de uma energia de desejo. E, manifestamente, só uma reação em cadeia, atravessando as estratificações existentes, poderá catalisar um processo irreversível das formações de poder, às quais está acorrentada a sociedade atual (Guattari, 1985).

4. Considerações Finais

Trazer a questão das juventudes periféricas para a discussão das políticas do corpo, significa ir nas profundidades da questão do educar em direitos humanos em meio à tanatopolítica e necropolítica que afetam as juventudes brasileiras, sobretudo, numa perspectiva que se desloca do viés colonizador, eurocêntrico e universalista que historicamente tem silenciado a voz dos sujeitos de direitos e coletivos sociais de resistências culturais, os quais têm estado nos limites das fronteiras, depois das linhas da exclusão que divide e define quem é cidadão ou inimigo do Estado. A história da juventude tem sido atravessada pelos estereótipos do menor, do problemático, da classe perigosa ou tutelado, e a periferia, o lugar das mazelas sociais de onde não se pode esperar mudanças ou novos modos de educar. Um lugar para se ensinar e não de aprender.

Entretanto, com base em nossas experiências com/entre os jovens periféricos deste estudo, acreditamos ter possibilitado um outro modo de se compreender esses espaços, pois a comunidade passa a ser percebida como uma nova arena de sociabilidades para as juventudes que residem e mantém viva a periferia. É lá o espaço onde trocam ideias, fortalecem sonhos e/ou produzem alternativas em relação aos problemas que vivenciam, os quais, muitas vezes, os levam à evasão e às dificuldades de aprendizagem. Enfim, a periferia, entendida como parte central da vida desses sujeitos, afirma que mesmo que nela estejam presentes o medo e a apreensão quanto à violência ou à criminalidade, também coexiste a potência e a condição desses jovens de se afirmarem como sujeitos de direitos e de protagonismo social, com seus saberes experienciais (Silva, 2018).

Assim, compartilhar estas experiências com metodologias sensíveis e inovadoras, por meio de dispositivos filosóficos e artísticos com os jovens retratados neste texto nos permite afirmar que se estes sujeitos pudessem falar com suas próprias palavras tornaria a escola e as

instituições por onde circulam espaços de liberdade e de criação de novos vocabulários e de uma nova gramática. Trata-se de oxigênio, de respirar, de abertura, de existência, de poder viver... Rasgar a língua, rachar as palavras para se inventar mundos... Encontro entre as línguas com a *poiésis* – transformação da vida em obra de arte (Adad, et al., 2020).

Concluimos nossas ideias, ratificando que este trabalho corrobora com a superação de vieses negativos sobre os jovens e os lugares que habitam, quando cria modos de conviver e educar na periferia, reinventando novas imagens desse lugar, como o comunitário, potencializando a capacidade criadora desses corpos jovens, por meio do uso da arte e da construção coletiva de conhecimento advindos da experiência e da partilha de saberes nos contextos escolares, anunciadas micropolíticas de construção de uma cultura de justiça e paz social, constituindo-se um laboratório de experiências e criações de novos modos de educar em direitos humanos.

Referências

Adad, S. J. H. C., Nascimento, L. C. P., & Martins, L. R. (2020). Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-24. doi:10.33448/rsd-v9i8.5928.

Agamben, G. (2012). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. 2nd ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Amaral, M. G. T., Dias, C. C., & Loduca, M. T. (2019). Culturas urbanas e resistência da juventude negra: ressonâncias do tambor nas escolas da periferia de São Paulo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(3), 1081-1099. doi:10.21723/riaee.v14i3.11996

Bhabha, H. K. (2003). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Brasil. (2013). *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. (1990). *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze, & F. Guattari. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* 11-38. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Edições 43.

Diógenes, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266

Foucault, M. (2014). *A microfísica do poder*. 28nd ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, M. (2003). A Vida dos Homens infames. In M. B. Motta (Org.), *Estratégia, poder-saber* (pp. 203-222). Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guattari, F. (1985). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Suely B. Rolnik. São Paulo: Brasiliense.

Kastrup, V., & Passos, E. (2014). Cartografar é traçar um plano comum. In E. Passos, V. Kastrup, & S. Tedesco (Org.), *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* –2, 131-149. Porto Alegre: Sulina.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições.

Nietzsche, F. (2013). *A genealogia da Moral*. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala.

Panikkar, R. (2004). Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? In C. A. Baldi (Org.), *Direitos humanos na sociedade cosmopolítica* (pp. 205-238). Rio de Janeiro/São Paulo/Recife: Editora Renovar.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Rizzini, I., & Pilotti, F. (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2nd ed. São Paulo: Cortez.

Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Silva, K. S. (2018). *Manobras sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EDUECE.

Silva, M. S. B. (2020). Vida nua, Direitos Humanos e Educação em tempos de Tanatopolítica. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-16. doi: 10.33448/rsd-v9i8.6780

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Maria do Socorro Borges da Silva – 35%

Shara Jane Holanda Costa Adad – 35%

Krícia de Sousa Silva - 30%